

# Competitividade da construção exige mais trabalhadores



**Manuel Reis Campos**  
Presidente da AICCOPN  
– Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas

Com a divulgação dos dados oficiais do emprego, relativos ao último trimestre de 2018, confirmamos que a falta de mão-de-obra especializada é um fenómeno que está a limitar, cada vez mais, a capacidade de crescimento da economia portuguesa e a impedir o correto redimensionamento das empresas face à realidade do mercado.

Olhando, em concreto, para o Setor da Construção e do Imobiliário, verificamos que, esta evolução ocorre em contraciclo, num contexto em que a generalidade dos indicadores setoriais de atividade apresenta sinais claramente positivos. De acordo com o Barómetro AICCOPN da Reabilitação Urbana, a produção deverá ter crescido 3,5% em 2018, o nível de atividade encerrou o ano com um crescimento de 32,1% em termos homólogos e o consumo de cimento cresceu 3,7% até novembro. Por outro lado, perspectivam-se investimentos significativos em infraestruturas, o que nos leva a considerar que a Construção é e será sempre, com toda a certeza, um Setor de futuro.

Deste modo, é natural que nos questionemos: Se há mais procura, se a atividade do Setor continua em recuperação, o que pode justificar esta redução no número de trabalhadores? E veja-se que, se é uma redução mais significativa em atividades como a Construção, é o próprio País que está a ver a sua população empregada diminuir.

A evolução demográfica de Portugal é um problema que está perfeitamente identificado. A procura de profissionais qualificados, por parte dos países mais ricos da restante Europa, está a aumentar. O profundo desfasamento e a

inoperância do nosso sistema de formação profissional é cada vez mais evidente, uma vez que continuamos a assistir à deterioração do papel que deverá ser desempenhado pelos centros de formação profissional, em particular os de Gestão Participada que tinham por principal missão, formar e reconverter os futuros profissionais dos vários setores. Nesta situação, não nos podemos esquecer que os Centros de Rede Setorial, adstritos ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, têm as potencialidades formativas adequadas para promover os cursos de forma integral. Por isso, a sua missão deve ser valorizada, designadamente pela alocação dos recursos financeiros adequados.

Por outro lado, o problema da clandestinidade é uma realidade bem presente no nosso Setor de atividade, que tem de ser erradicada.

É, por isso, necessário encarar a questão da mão-de-obra de uma forma resoluta e tomar medidas que permitam ultrapassar os estrangimentos da conjuntura atual e, de igual modo, preparar o País para o futuro. A criação de um regime de mobilidade transnacional dos trabalhadores das empresas do Setor é um bom exemplo de uma solução que permitiria atrair profissionais qualificados e, simultaneamente, dar condições às empresas para se ajustarem corretamente a um mercado que é cada vez mais global. É necessário um enquadramento legal e fiscal que funcione de forma eficiente e célere e que permita às empresas trazer para Portugal os profissionais que estão ao seu serviço nos mercados externos.

Ou seja, estão em causa questões estruturais que não podemos continuar a ignorar.